



MULHER NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO: EFEITO DAS DISCRIMINAÇÕES DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE

LUÍS MIGUEL LUZIO-DOS-SANTOS

AMANDA KEREN FROIS-CARDOSO

ISABELI RAMOS NEVES

NICOLE CERCI MOSTAGI

Artigo convidado e aceito para publicação em 29/08/2022
DOI: 10.5433/2318-9223.2021v9n1p8-30

RESUMO

O processo de colonização portuguesa no Brasil tem como base a escravização de pessoas não-brancas, que deixou marcas profundas que reverberam ainda hoje em nosso território, pois a libertação da senzala não proporcionou a quebra dos grilhões de desvalorização e limitação do acesso ao trabalho. Arrasta-se desde então a marginalização da população negra, em todos os setores da sociedade, em especial de mulheres negras no mundo do trabalho formal. Essa pesquisa buscou evidenciar como o contexto social e histórico influencia a inserção no mundo do trabalho. Assim, o objetivo da pesquisa foi compreender a trajetória histórica vivenciada pelas mulheres negras que hoje integram o contexto de reciclagem no município de Londrina/PR, na Cooperativa Cooper Região, com uma pesquisa qualitativa utilizando o método de história oral. Ao fim da pesquisa, foi possível verificar que as mulheres negras da cooperativa têm em sua história profissional as marcas geracionais do preconceito e negligência sofridos pelos negros escravizados no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE. Trabalho. Mulher Negra. Marginalização. Contexto Sócio-histórico.

BLACK WOMEN IN THE LABOR MARKET: EFFECT OF RACIAL, GENDER AND CLASS DISCRIMINATION

ABSTRACT

Portuguese colonization in Brazil based itself on the enslavement of non-white people, which left deep marks that reverberate even today in our territory, as the liberation of the enslaved person did not break the shackles of devaluation and limited access to work. Since then, the

marginalization of the black population in all sectors of society, especially black women in the world of formal work, has dragged on. This research sought to show how the social and historical context influences the insertion in the world of work. Thus, the research objective was to understand the history experienced by black women who are now part of the Cooper Região de Londrina/PR cooperative with qualitative research using the oral history method. At the end of the research, it was possible to verify that the black women of the cooperative have in their professional history the generational marks of prejudice and neglect suffered by enslaved blacks in Brazil.

KEYWORDS. Work. Black Woman. Marginalization. Sociohistorical Context.

INTRODUÇÃO

A história humana pode ser contada sob diferentes perspectivas, mas geralmente a versão prevalente é a dos opressores. Enquanto o pensamento elitista brasileiro se apoia no mito da democracia racial e da meritocracia para justificar a desigualdade social, racial e econômica sofrida pelos pobres e negros no país, a segregação dos negros no mercado de trabalho, e especialmente da mulher negra, que sofre dupla discriminação, pode ser contada a partir da ótica dos oprimidos, o que faz toda a diferença (Nascimento, 1978).

O processo de colonização portuguesa no Brasil teve como base a escravização de índios e principalmente de negros africanos, o que deixou marcas profundas que reverberam ainda hoje de forma dramática. O estigma de inferioridade imposto à população negra foi uma estratégia usada para facilitar a dominação dos colonizadores, assim como o esforço em apagar sua história e cultura. O Brasil concentrou a maior população escravizada do mundo e foi o último país das américas a conduzir o processo de abolição, processo que quando ocorreu não trouxe qualquer política de inclusão social, entregando os recém libertados à própria sorte e naturalizando a condição de preto-pobre, ideário que passou a incorporar o tecido social brasileiro, sem traumas maiores ou sinais de mal-estar (Nascimento, 1978), impedindo que as pessoas negras pudessem quebrar os grilhões de desvalorização e limitação do acesso ao trabalho.

A configuração do mercado de trabalho pós-abolição colocou as pessoas negras em ofícios rejeitados pelos brancos, numa condição de permanente subalternidade, restritos a atividades braçais de baixa complexidade intelectual. Paralelamente, abriram-se as fronteiras para a entrada de imigrantes europeus, considerados mais competentes e confiáveis, sendo alçados a posições superiores na hierarquia laboral.

As mulheres negras sofriam dupla discriminação, pela cor da pele num país dominado pelo racismo e pelo fato de serem mulheres numa sociedade assentada em forte cultura patriarcal,

restando-lhes como opção de trabalho, atividades domésticas em casas de família, com sua renda sendo muitas vezes a principal, quando não única, fonte de renda familiar, considerando que os homens negros, em muitos casos, viam-se preteridos aos imigrantes europeus brancos (Davis, 2016).

Desde então, arrasta-se a marginalização da população negra, em todos os setores da sociedade, em especial de mulheres negras. O século XX pouco avançou em relação à efetivação de direitos para a população negra, ora invisibilizando a sua condição a partir da ideia de democracia racial, ou em outro sentido, naturalizando a situação como se se tratasse de um determinismo inevitável.

A pobreza no Brasil continua intimamente ligada à raça, o que pode ser percebido facilmente na análise dos principais indicadores de vulnerabilidade social. Ademais, as atividades menos atrativas e desprestigiadas, continuam sendo ocupadas predominantemente pela população negra. É nesse sentido, que a partir da década de 1990, com a liberalização comercial e a mecanização acelerada dos processos produtivos, um enorme contingente de trabalhadores operacionais viu seus postos de trabalho serem extintos, restando-lhes o lixo como opção de sobrevivência, empurrando-os para os lixões das grandes cidades e posteriormente organizando-se em cooperativas de coleta seletiva e reciclagem (Reis, 2006).

No caso de Londrina, por exemplo, a coleta seletiva começou em 1996, por iniciativa dos catadores de resíduos recicláveis, que se organizaram sob a forma de associações que faziam a coleta por conta própria e comercializavam os resíduos para empresas especializadas. Com o passar dos anos e com o apoio do poder público, as associações foram substituídas por cooperativas.

Em 2012, em um levantamento com a participação de catadores de lixo do município de Londrina, constatou-se que apenas 16% desse universo era composto por homens e, em 2017, em três das sete cooperativas de lixo londrinenses, as mulheres representavam 77,7% da população de catadores, evidenciando o domínio do público feminino nas cooperativas de reciclagem do município, contrariando levantamentos nacionais sobre cooperativas de lixo, em que homens são a maioria no trabalho de reciclagem (Silva, Goes & Alvarez, 2013).

Compreendendo que a reciclagem em Londrina carece de estudos mais aprofundados sobre o universo do trabalho de catação, especialmente ligando-o às mulheres de raça negra e considerando a situação socioeconômica brasileira, com suas mazelas sociais profundas, essa pesquisa tem por objetivo compreender a trajetória histórica vivenciada pelas mulheres negras que hoje integram o contexto de reciclagem no município de Londrina/PR, na Cooperativa Cooper Região, a mais antiga e estruturada entre as sete em atuação na cidade.

O PROJETO DE NAÇÃO PAUTADO NO MITO DA DEMOCRACIA RACIAL NO BRASIL

Não é possível dizer com exatidão a quantidade de negros trazidos para o Brasil, uma vez que o governo de Rui Barbosa queimou todos os documentos relativos à história da comercialização de negros escravizados no país. Contudo, estima-se que cerca de 4 milhões de africanos tenham sido escravizados no Brasil, que em 1888 tinha cerca de 10 milhões de habitantes (Nascimento, 1978).

O sofrimento enfrentado pelos povos negros durante todo o período da escravidão perpassa a dor da exploração pelo trabalho, pois a pessoa negra foi apartada da sua condição de ser humano, destituída de iniciativa e de poder de escolha. Corpos e mentes foram violados pelos açoites, xingamentos e destruição da sua subjetividade. No entanto, as diferentes formas de violência que foram submetidas por séculos não foram capazes de eliminar a capacidade de resistência e preservação da identidade dos povos que para cá foram trazidos.

No Brasil, o processo de libertação das pessoas escravizadas foi lento e muitas vezes dissimulado. Embora comuns os relatos históricos que apontam a libertação como “presente” concedido pela Princesa Isabel, os negros e negras escravizados, longe de serem atores passivos no processo, atuaram de maneira ativa, resistindo, se rebelando e negociando de forma a minar as bases nas quais se sustentava a escravidão, sendo protagonistas de todo o processo e não expectadores docilizados e apáticos diante da realidade (Nascimento, 1978). Além disso, muitas ações que presumiam libertação, de fato condenavam os recém-libertos a uma vida de carências e de exclusão absoluta, ao contrário do que ocorreu em outros países, em que o movimento adquiriu um caráter de reforma política. Nesse contexto, os negros e negras libertos foram entregues ao próprio “azar”, invariavelmente empurrados à miséria e ao ostracismo absoluto.

Foi nesse período que, juntamente com o incentivo à imigração de trabalhadores portugueses, italianos e espanhóis, emergiu no Brasil o conceito de democracia racial, alimentado pela intelectualidade da época (Nascimento, 1978). Esse conceito trouxe para o imaginário brasileiro o discurso de que o homem branco e o negro convivem de forma harmônica, que desfrutam de igualdades de oportunidade e de existência, como se a origem racial não influenciasse a dinâmica nacional. A ideia falaciosa de trazer um sentimento de coesão, uma forma de orgulho nacional e de contribuição do Brasil para o mundo, recai particularmente sobre um dos principais pensadores da cultura brasileira, Gilberto Freyre (2003), que trouxe uma visão romântica sobre o processo de miscigenação ocorrido no Brasil.

O autor compreende o envolvimento de homens brancos com as mulheres pretas como algo instintivo do ser humano, que ao gerar a população mestiça, representaria o resultado da união amorosa de brancos e negros, fomentando o ideal de democracia racial, ao denotar a ausência de preconceitos e trazendo um ar de igualdade de oportunidade. No entanto, esquece-se de mencionar a existência de uma relação de dominação e medo imposta pelo homem em relação à mulher, sobretudo do “senhor” sobre as mulheres escravizadas (Gonzalez & Hasenbalg, 1982). Além disso, colabora para a exploração sexual de mulheres negras e para o fortalecimento do ideal de embranquecimento da população, evidenciado com a chegada dos imigrantes europeus como parte de uma estratégia de tentar minimizar e, posteriormente, eliminar os negros do país (Nascimento, 1978).

A classificação e estigmatização do sujeito pela sua cor foi uma violência imensurável para a população negra, mestiça e indígena brasileira, que em grande parte, talvez não saiba dessa violação, bem como não compreende sua posição na sociedade, pois têm seus direitos negados por meio da manipulação de uma elite que busca para si e para seus iguais a manutenção de uma sociedade conservadora a fim de perpetuar privilégios culturais, políticos e sociais, que produzem a manutenção da classe média possuindo a força de trabalho da população pobre e preta.

A MULHER NEGRA NO CENTRO DA RALÉ BRASILEIRA

Essa manutenção de classes realizada pela chamada democracia racial é geradora do que Jessé Souza (2017) nomeou de forma provocativa de “ralé brasileira”, a classe constituída por negros, “mulatos” e mestiços, por meio de uma modernização seletiva e desigual, a partir da liberação dos escravizados, que por falta de opção e necessidade de subsistência, nos espaços rurais, adentraram nas lavouras, em busca de trabalho e em troca de alimento e, nos centros urbanos, se alocaram em favelas, onde foi selado seu destino de abandono.

A partir dessa premissa, Souza (2009), faz uma importante análise da realidade brasileira ao relacionar a divisão de classes e a desigualdade social, não somente pela ótica da acumulação do capital, mas observando as relações sociais, por meio da constituição familiar. Para ele, a ralé brasileira se mantém pelo processo de reprodução de valores que é passado de geração em geração, através da união de pessoas da mesma classe social, que por sua vez, repassa o que foi aprendido aos seus filhos. É uma dinâmica simbólica e velada, não é algo constituído como uma regra, mas acontece no interior das casas, onde os indivíduos passam seus valores morais aos seus entes e esses são repassados para a sociedade (Souza, 2009). Nesse processo, a “ralé” atual não surge em decorrência de circunstâncias produzidas recentemente, mas de

um processo de cerceamento de direitos dos negros escravizados e seus descendentes, a cada geração, no Brasil.

A cultura da união de indivíduos pertencentes à mesma classe social, denominada como classe média por Souza, aponta, ainda que indiretamente, para a política eugênica, que contribuiu para o plano de branqueamento do país. Este que propunha a “elevação” do povo brasileiro através da miscigenação com os imigrantes brancos, baseado no conceito de democracia racial.

Ao mesmo tempo, todo esse processo de reprodução geracional, que ocorre para a manutenção dos privilégios da elite, de forma a disseminar a hegemonia da cultura europeia, cristã e branca, se consagra a partir dos casamentos erigidos pela classe média, que misturando-se apenas com os seus, relega os indivíduos negros à falta de oportunidades para competir com igualdade nessa ordem social. Resta à eles, então, os interstícios do sistema social: a escória proletária, o ócio dissimulado e a criminalidade fortuita. Ao perderem a posição de principal agente do trabalho, os negros perdem também qualquer possibilidade de classificação social. A ação concomitante da extinção das estratégias de acomodação do passado, que propiciaram a negros e mulatos ocupações compensadoras e até nobilitantes, mostra o grau dramático para esse setor, da nova configuração de vida econômica (Souza, 2017).

Da mesma forma que a raça, o gênero também exerce efeitos quanto a possibilidade de um indivíduo se encontrar em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade. As desvantagens em relação à renda incidem sobre as mulheres, fazendo com que gênero, raça e classe produzam “conjuntamente as hierarquias que colocam mulheres negras em posição de maior desvantagem” (Biroli & Miguel, 2015, p. 41).

Em 2020, no Brasil, as maiores taxas de pobreza se concentravam no recorte de gênero e raça de mulheres negras, sendo que 32% de mulheres negras brasileiras estavam atingidas pela pobreza e 7% delas estavam em situação de extrema pobreza, mais do que o dobro de homens ou mulheres brancos (Nassif-Pires et al., 2021). Com isso, notamos que, no Brasil, a pobreza tem sexo e cor, pois os homens negros e mulheres sofrem mais os efeitos da desigualdade social. A mulher negra pobre tem ainda mais desvantagens nos indicadores de mercado por sofrer preconceito pela cor, pelo gênero e pelo *status* social. Para essa população as taxas de desemprego são maiores, os ganhos financeiros menores e o mercado de trabalho estão nas funções mais precárias, dando destaque ao serviço doméstico e aos trabalhos familiares não remunerados.

Ainda, a segmentação racial é um fator que estigmatiza a imagem da mulher negra no mercado de trabalho. Funções como vendedora, recepcionista e secretária são mais ocupadas por mulheres brancas ou amarelas, e o mesmo acontece nas áreas técnico-científicas, nas

artes e nas áreas administrativas, em que os salários são mais altos e as atividades desenvolvidas são consideradas nobres. Para as mulheres negras, o mercado culturalmente reserva os guetos da subalternização e das atividades manuais, e por isso, as atividades com maior representação da mulher negra são: serviços domésticos, servente, cozinheira e lavadeira/passadeira (Bento, 1995).

Essas ocupações refletem a história do trabalho da mulher negra desde o fim da escravização. Com a abolição da escravatura, as mulheres negras passaram a ocupar os serviços domésticos, entendendo-se que sua cor era condizente com essas funções, traço que remetia à escravidão. No entanto, não lhes era dada a possibilidade de escolha. Poucas mulheres negras fugiam a essas funções e conseguiam acessar posições superiores ou conseguiam salários melhores (Davis, 2016).

Ao mesmo tempo, enquanto as conquistas das mulheres brancas se deram por meio da organização e luta dos movimentos feministas espalhadas pelo mundo (Nogueira, 2001), as mulheres negras sempre precisaram resistir buscando majoritariamente a sua sobrevivência. Enquanto para as mulheres brancas e altamente escolarizadas há o acesso a campos como a medicina, a arquitetura, a engenharia e o direito, em um outro polo se encontram as mulheres negras e pouco escolarizadas, que exercem trabalho doméstico remunerado, apoiando as primeiras para que sua atividade profissional se torne possível (Biroli & Miguel, 2015).

Assim, para a manutenção da dinâmica da classe média, a repetição da história continua se perpetuando no Brasil. Aos homens negros são reservados os trabalhos braçais e os estereótipos de agressividade, e às mulheres negras, tanto a exploração sexual para o embranquecimento da sociedade quanto a exploração trabalhista se mantêm. A construção e a manutenção da “ralé brasileira”, composta por pessoas que, por lei, possuem direitos, mas são civicamente desprovidas deles, se dá em virtude da falta de empoderamento, que advém do discurso que coloca o ser negro como inferior e naturaliza a sua posição como subalterno.

A CATAÇÃO COMO ALTERNATIVA À EXCLUSÃO

O sistema capitalista não é capaz de gerar emprego para todos devido à sua necessidade de manutenção da desigualdade social. Nesse contexto, alternativas de inserção no mundo do trabalho são pensadas pelos excluídos (Medeiros & Macedo, 2006). Como exemplo dessa exclusão extrema, os trabalhadores catadores de lixo são uma dessas alternativas, pois, frutos de uma forma de inclusão perversa e da falta de alternativas, sujeitos à toda sorte de riscos e de exploração, a partir de 1990, viram na coleta de lixo reciclável a possibilidade de sobrevivência nesse sistema capitalista.

Sendo assim, a rua se tornou local de trabalho para muitos dos excluídos. Torna-se comum encontrar homens, mulheres e crianças empurrados para o mercado informal da catação de lixo ou de material reciclável, em virtude da não necessidade de capacitação técnica (Gorbán, 2004). Boa parte dos trabalhadores desse segmento são oriundos do campo, onde normalmente tiveram sua primeira experiência de trabalho, que não exigia uma qualificação formal. Ao se transferirem para a cidade, depararam-se com as demandas do novo mercado de trabalho – para as quais não estavam preparados, sujeitando-se às piores funções como forma de sobrevivência (Bosi, 2008).

Medeiros e Macedo (2006) destacam que a inserção dos catadores no mercado se trata de uma forma de inclusão perversa, fruto da falta de alternativas e sujeita a toda sorte de riscos e de exploração, evidenciando que os termos “incluídos” e “excluídos” são da mesma substância e indissociáveis, pois a mesma sociedade que inclui uns, exclui outros indivíduos (Sawaia, 1999). Dessa forma, interpretar o sentido do trabalho para o catador de material reciclado é fundamental para compreender o comportamento desse trabalhador num mundo pós-moderno, “no qual a dimensão profissional ainda tem papel fundamental para a formação da identidade e para o bem-estar das pessoas” (Cavazotte et al., 2012, p. 165).

Essa exclusão se agrava quando pensamos na posição da mulher no mundo do trabalho e é reforçada sobremaneira quando falamos da mulher negra, pois além dos estigmas e preconceitos já vividos pelas mulheres brancas, as mulheres negras enfrentam a discriminação associada à sua cor da pele. É notória a posição ocupada por estas mulheres que invariavelmente estão na base da pirâmide socioeconômica, que têm acesso às piores vagas de trabalho, empurradas para subempregos, com menores salários e oportunidades de ascensão do que os homens e mulheres brancas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa teve como abordagem metodológica a história oral temática. Segundo Ishikawa e Santos (2006), a história oral compreende o tempo presente, considerando as percepções do passado, pois percebe que o processo histórico não terminou, mas é continuidade das experiências vividas. A razão da história oral é o sentido do passado refletido no presente, que capta as vivências de pessoas que se disponibilizam a dividir fatos ocorridos em sua vida, preservando os aspectos sociais.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, em que o foco fica centrado nos processos e nos significados gerados pelas ações humanas, que tem por objetivo interpretar os significados e as interações dos sujeitos (Sale et al., 2002).

A coleta de dados se deu por meio de entrevistas de história oral, no mês de outubro de 2018, com quatro mulheres negras que integram a cooperativa de reciclagem Cooper Região do entreposto da Vila Marízia, em Londrina/Pr.

As quatro mulheres que contribuíram com a pesquisa foram selecionadas por serem negras, conforme a discussão proposta pelo estudo, e por integrarem a cooperativa de reciclagem no entreposto da Vila Marízia. Outros elementos, como função exercida, idade e tempo de trabalho na cooperativa também foram considerados, bem como a disponibilidade das participantes.

Para melhor compreensão dos dados coletados e considerando o referencial teórico, elegemos duas categorias de análise, possibilitando a flexibilidade para trabalhar conteúdo teórico e empírico (Godoy, 2006). As duas categorias são a “História individual e comunitária”, onde observamos as condições de vida nas quais as trabalhadoras nasceram e se desenvolveram, considerando suas vivências comunitárias, familiares e individuais e “Inserção no mercado de trabalho”, onde analisamos as primeiras experiências de trabalho e circunstâncias relacionadas às suas escolhas laborais.

A HISTÓRIA INDIVIDUAL E COMUNITÁRIA DAS MULHERES NEGRAS E SUAS RELAÇÕES COM O MUNDO DO TRABALHO NA COOPER REGIÃO

As cooperativas de reciclagem são particularmente profícuas na geração de trabalho e renda para as populações mais pobres, o que é estimulado através de parcerias com os municípios. Em março de 2010, foi assinado pela Prefeitura de Londrina com a Cooper Região, um contrato de prestação de serviço. A contratação foi realizada por meio de dispensa de licitação, conforme estabelece a Lei Federal de Licitação nº 8.666/1993 em seu Artigo nº 24, inciso XXVII (Lei n. 8.666, 1993). Sua primeira atividade comercial foi em abril de 2010, que contava com a participação de 102 catadores oriundos de 14 ONG's. O crescimento da cooperativa foi rápido, tanto no número de trabalhadores quanto na coleta de materiais, ultrapassando 100% de crescimento no período de um ano. Atualmente a cidade conta com sete cooperativas devidamente credenciadas, com 363 cooperados. As cooperativas estão distribuídas pelas regiões norte, sul, leste e oeste da cidade, atendendo a zona urbana e rural. A Cooper Região, por ter sido a primeira e pelo seu bom desempenho é responsável pelo maior volume de coleta, integrando também o maior número de cooperados.

Atualmente a cooperativa Cooper Região atua prestando serviço para o Município de Londrina na catação e venda de materiais recicláveis. De acordo com a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização de Londrina (CMTU), de todo material recolhido 39% fica sobre responsabilidades da Cooper Região, representando 3.514.047,81 Kg. Para a execução do

trabalho a cooperativa conta com aproximadamente 390 cooperados, caminhões, esteiras para seleção dos materiais, prensa, empilhadeira, equipamentos de segurança, entre outras ferramentas. A realização do trabalho é dividida em dois entrepostos, um no Jardim Bandeirantes e o outro na Vila Marízia (onde se realizou o estudo). No entanto, no início das atividades as mulheres que fundaram a organização não possuíam um espaço adequado para a realização do trabalho, o que as levou a improvisar uma tenda na Vila Marízia, próximo ao local onde moravam.

Participaram da pesquisa quatro mulheres negras que atuam na cooperativa de reciclagem Cooper Região do entreposto localizado na Vila Marízia. Por questões de confidencialidade, elas serão citadas por meio de apelidos que fazem menção a mulheres negras que marcaram a história brasileira, assim como essas mulheres estão marcando a sua: Dandara, Marielle, Antonieta e Carolina.

A participante Dandara é uma jovem de vinte e um anos, casada, sem filhos, moradora do bairro Vista Bela/Londrina, desde o seu casamento. Antes do casamento morava com os pais e uma irmã mais nova na Vila Marízia, onde nasceu e cresceu. Dandara está na cooperativa há aproximadamente dois anos e meio, exercendo a função de separação de resíduos sólidos para reciclagem. Dandara atua ao lado de sua mãe e de seu pai na cooperativa.

Marielle é uma mulher de trinta e dois anos, casada, mãe de três filhos, moradora da Vila Marízia. Trabalha na cooperativa desde 2007, há cerca de treze anos, já atuou em várias funções e atualmente é gerente do entreposto da Vila Marízia.

Antonieta tem trinta e dois anos, casada, mãe de duas meninas. Cresceu com sua mãe e padrasto, que considera como pai, e com três irmãs. Trabalha na cooperativa há quatorze anos. Atualmente atua na esteira, na função de separadora de resíduos sólidos para reciclagem. Na cooperativa trabalham também sua irmã e sua mãe. Nesta pesquisa, a sua mãe também foi uma das participantes, no caso a que recebeu o codinome de Carolina.

Carolina, a mais velha entre as participantes, têm sessenta anos, é mãe de quatro filhos, casada e moradora da Vila Marízia desde os quatorze anos. Está na cooperativa desde o início, há mais de vinte anos.

Cada participante tem uma história particular e única, contudo, como pode ser percebido ao longo das entrevistas, várias coisas as unem para além da cor de suas peles.

As quatro são mulheres negras de origem pobre, que foram inseridas no mundo do trabalho, em sua maior parte, de forma prematura e sem qualificação adequada. Com exceção da Carolina, que nasceu em Arapongas (cidade a 40 km de Londrina) e se instalou no bairro após os quatorze anos, as três outras participantes nasceram e cresceram na Vila Marízia. Atualmente somente Dandara não mora no mesmo bairro, residindo no Vista Bela, conjunto

habitacional do Minha Casa, Minha Vida, que concentra cerca de 20.000 moradores, onde reside com o marido.

Eu sempre morei aqui, na minha infância eu morava com meus pais e meus irmãos, sempre morei aqui, e eu nasci, né aqui na Vila Marízia, praticamente cresci aqui, tive sim, sabe, fui para outra cidade voltei, fui para outro bairro e voltei, mas a maior parte da vida foi aqui na vila Marízia (Marielle, 2019).

Notamos que mesmo para a participante que não nasceu na Vila Marízia e que hoje não habita mais o bairro, a realidade vivida não é muito diferente, pois sempre permaneceu em comunidades que concentram pessoas de baixa renda, primeiramente com seus pais, na infância, e na vida adulta com seus companheiros. Assim, pensando em Souza (2017), as relações familiares vinculadas à pobreza são repassadas de forma geracional, pois as realidades de pobreza e exclusão social dificilmente são vencidas.

Em suma, razões estruturais adversas e viciadas são transferidas para a esfera individual, culpabilizando o indivíduo ou grupo pela própria condição. O que vemos é a manutenção da desigualdade, impactando principalmente pessoas negras e pobres, que há gerações não possuem condições estruturais de romper com suas mazelas. As mulheres relatam que em sua infância, seus pais, trabalhavam em serviços eventuais, na catação de material reciclável e no trabalho doméstico.

Meus pais trabalhavam, meu pai e minha mãe trabalhavam. Na minha infância, meu pai trabalhou em várias áreas, era servente, como se diz, do que aparecesse, quando não tinha serviço ele catava papel na rua, minha mãe trabalhava de doméstica, em firma aonde, o último mesmo que ela foi ela trabalhou em um colégio, ela trabalhou na parte da limpeza e depois e passou a ser cozinheira do colégio (Marielle, 2019).

O relato da participante Marielle, que exemplifica a história laboral das famílias das participantes, vai ao encontro do que sugere Davis (2016), ao apontar que a posição profissional da mulher após a abolição da escravatura foi a de ocupar os serviços domésticos, trabalho esse que foi aliado à sua cor, remetendo ainda à escravidão. A situação de servidão de pessoas pretas às pessoas brancas persistiu. Ao longo do tempo, poucas mulheres negras fugiram a este estigma e conseguiram ascender a posições superiores e a salários melhores. Dessa forma, é seguro afirmar, que no Brasil a pobreza tem gênero e cor, pois as mulheres e os negros sofreram preconceito durante toda a história e continuam duramente castigadas pelas mesmas questões. Quando se trata de mulher negra pobre, além do preconceito e de todos os seus desdobramentos, soma-se a naturalização dessa realidade, banalizando-se a situação, acomodando-a num invólucro de conservadorismo e resignação.

Percebe-se que as vidas das nossas protagonistas são parte de algo maior do que suas próprias histórias individuais e comunitárias, pois elas estão imersas em um processo que permite poucas mudanças sociais, decorrente de uma cultura secular baseada no preconceito e na exploração das mulheres, negros e pobres. O relato trazido pelas entrevistadas sobre a inclusão no mundo do trabalho não é diferente da história de seus pais: somente Dandara iniciou suas atividades laborais com dezoito anos. As demais integrantes tiveram sua inserção no mundo de trabalho bem mais cedo, ainda na infância, seja por necessidade, desejo de pertencimento ou para terem poder de consumo.

Meu primeiro trabalho foi na cooperativa, eu estava procurando serviço, mas não achava nada, aí meus pais, que trabalham lá também, falaram que tinha vaga e eu entrei (Dandara, 2019).

Antes dos 18 anos eu trabalhava de catar papel na rua, mais era assim, é tipo fogo de palha, ia uns tempo, depois já parava (...) sempre ia, meus primos, mais tipo assim, era mais para comer um doce, coisinha assim por perto sabe, tinha vezes que ia longe ia no centro, mais não era que nem agora, agora... eu era mais criança aqueles tempos, eu tinha 12 ou 13 anos (Antonietta, 2019).

Comecei nova, né, porque já tinha que trabalhar na época, para poder ajudar, né, aí tinha que trabalhar, desde sempre. Trabalhei de doméstica depois da roça, mas não gostava não, não gosto de ser mandada (Carolina, 2019).

Nota-se que a inserção das mulheres no mundo do trabalho, de forma tão prematura, é principalmente motivada pela necessidade de auxiliar na renda da família. Além disso, as funções por elas desempenhadas desde suas primeiras vivências laborais, apontam para atividades não reconhecidas socialmente e que não necessitam de conhecimentos mais elaborados para a sua execução.

Meu primeiro emprego, eu trabalhava meio período na casa da minha professora de ciências, eu estudava de manhã, daí saía do colégio e ia trabalhar meio período na casa dela à tarde, era minha professora de ciência, ela me chamou para trabalhar, trabalhei lá por oito anos (Marielle, 2019).

Outra questão que emergiu durante as entrevistas é a da vinda do trabalhador rural para o meio urbano, que, por falta de alternativa, é empurrado para a catação. A história relatada pela Carolina nos revela essa realidade.

Aí eu ficava trabalhando na roça, aí depois tinha servicinho aqui por volta, sabe? Carpi aqui por perto. Trabalhei com carteira assinado só em Araraquara na colheita de laranja (Carolina, 2019).

Normalmente, a inserção prematura no mundo do trabalho traz várias consequências perversas, mas entre elas o impacto sobre a vida escolar é talvez a mais danosa. Para Pochmann (2009), os jovens pobres no Brasil só estudam quando trabalham, não são estudantes que trabalham, são trabalhadores que estudam. A realidade relatada pelas entrevistadas, ainda que um tanto quanto distinta, revela as limitações da baixa escolaridade em suas oportunidades profissionais. Dandara foi a única que terminou seus estudos antes de seu início laboral, já Carolina não teve oportunidade de estudar em virtude de questões culturais, relatando que em sua época as mulheres não estudavam, mas Marielle e Antonieta deixaram seus estudos, quase no final do ensino médio, para constituir família de forma prematura.

Trabalhava para minha professora de ciências e continuava estudando, mas parei no segundo ano do segundo grau, porque eu casei, daí tipo assim, mexia com as coisas do casamento, aí eu mais faltava, daí eu ia reprovar, então é mais fácil eu parar, porque tinha aquela mente, eu caso aí depois eu retorno, mas esse retorno até hoje eu não voltei, aí veio meu filho, o primeiro (Marielle, 2019).

Eu estudei até o primeiro, porque daí minha filha era pequena e meu marido ficava com ciúmes, e era puxado também porque ela era bebezinha para gente ir para escola (...) sempre estudei, nunca reprovei nenhum ano, sempre estudei, quando eu morava com a minha mãe, mas depois que tive minha filha foi mais difícil (Antonieta, 2019).

Percebemos, com as falas, que o abandono escolar não aconteceu por falta de oportunidade, apesar das dificuldades enfrentadas, mas por outras questões que também estão relacionadas ao tripé da exclusão, que são a gravidez e o casamento precoce, que atingem mais as meninas negras. Em 2019, com dados coletados pelo SUS sobre o número de gestações na adolescência, entre os anos de 2012 e 2017, foi constatado que a maior parte das gestações adolescentes acontecem na periferia e cerca de 70% de meninas negras (Estarque, 2019). No mesmo ano, o índice de gravidez na adolescência no Brasil estava diminuindo, queda relacionada às meninas brancas, pois enquanto a incidência de gravidez na adolescência entre meninas brancas abaixou 13%, entre as meninas negras houve um aumento de 11% (Estarque, 2019).

Aliado a essa circunstância, Souza (2017), aponta que as pessoas pobres e negras, denominados “ralé”, não conhecem a importância de ir à escola, pois não se beneficiam dessa educação como as pessoas brancas, que formadas, conseguem acesso à universidade e a empregos formais.

Os pais pobres conduzem seus filhos aos bancos escolares, assim como também foram encaminhados, muito mais por uma condicionalidade e obrigação legal, do que consciência

sobre a necessidade e poder de transformação proporcionado pelo aprendizado. Dessa forma, o conhecimento fica sem significado e não é percebido como importante para a formação pessoal e posteriormente profissional. Essa dinâmica potencializa a disseminação da cultura branca burguesa e eugênica, que coloca o negro como preguiçoso e incapaz de desenvolver trabalhos que vão além de força física.

O distanciamento da realidade estudada também dificulta o interesse pelos estudos e a associação do trabalho ao estudo, pois enquanto os filhos da elite viajam para ver os quadros de pintores famosos, por exemplo, os filhos da “ralé” limitam-se a livros didáticos mal-conservados, muitas vezes descontextualizados e que não lhes dizem nada (Souza, 2017). A vinculação dos estudos com as questões profissionais possibilita a ampliação do escopo de profissões, não deixando limitada a visão do sujeito ao seu entorno, porém, isso não ocorre com a maioria pobre no Brasil. As mulheres relataram que a cooperativa desde sempre foi vista como uma oportunidade de sobrevivência, diferentemente da sala de aula.

Antes de casar eu falava assim, vou estudar, vou terminar meus estudos vou fazer uma faculdade, só que eu não sabia do que, mas o meu sonho era fazer uma faculdade, mais aí depois virou, né? Parei de estudar, inventei de casar e.... eu parei, eu acho que um pouco pelo casamento e por ter que trabalhar (Marielle, 2019).

Marielle relata que sempre quis estudar, mas outras necessidades surgiram em seu caminho, entre elas a de sobrevivência pelo trabalho. Além disso, as falas das participantes demonstram que existe uma influência do meio em que vivem e viveram e que de alguma forma foi responsável por conduzi-las a entrarem na cooperativa.

A gente via, né, a gente via minha mãe trabalhar na cooperativa. A gente via, participava também (Antonietta, 2019).

Eu cresci ouvindo sobre a cooperativa, material reciclável, projeto, associação, sabe, minha família é bem envolvida com a cooperativa, até porque minha tia está desde o começo, né, e é presidente (Dandara, 2019).

Comecei na cooperativa por causa do projeto, aí envolveu a “fulana”, assistente social, tudo, deu uma força para nós, sabe? Essas coisas (Carolina, 2019).

Quando eu era pequena, na minha infância de seis, sete, oito anos, essa época eu trabalhava com meu pai e minha mãe catando papel na rua (Marielle, 2019).

Fica nítido que o trabalho desenvolvido pelas participantes tem relação com a sua história de vida, suas experiências e, por consequência, suas oportunidades no mercado de trabalho. O

trabalho precário é passado de geração em geração na Vila Marízia, o que incomoda uma das participantes, que relatou:

Eu entrei na cooperativa para trabalhar com meus pais, porque eu precisava trabalhar, sabe, mas lá em casa estamos fazendo de tudo para minha irmã mais nova não vir parar aqui (Dandara, 2019).

A tentativa de fuga dessa profissão se coloca como uma barreira a ser transposta, pois os fatos enfrentados pelos moradores da Vila Marízia e a população negra de maneira geral, como da cultura local, referências familiares e crise no mercado de trabalho, aproximaram ainda mais as trabalhadoras para o trabalho com material reciclável, considerando que essa não foi sua primeira opção de trabalho, mas a alternativa disponível para sobrevivência.

Na época que entrei na cooperativa foi por questão de dificuldade mesmo, eu tinha largado do meu marido, eu acho, é eu tinha largado dele, então na época foi por necessidade mesmo (Antonieta, 2019).

Estava procurando emprego e não conseguia nada, aí tinha terminado o segundo grau e ia casar...precisava trabalhar, aí surgiu uma vaga eu entrei (Dandara, 2019).

Assim, com exceção da Carolina, que iniciou sua atividade laboral muito cedo e teve pouco acesso à educação formal, as mais jovens sonhavam com outras profissões.

Eu queria fazer faculdade de pedagogia, sempre quis ser professora (Dandara, 2019).

Eu queria me formar, nem sei no que eu iria me formar, mais estudar eu iria, mas depois que você tem filho tudo vai acabando... fica mais difícil (Antonieta, 2019).

Nota-se que as mulheres tiveram seus sonhos interrompidos em função da constituição familiar prematura, pois mesmo Dandara, que não tem filhos, optou por se casar aos dezenove anos, dificultando sua continuidade com os estudos. A continuação familiar trouxe consigo a maior necessidade do trabalho, deixando o processo de qualificação para o mercado de trabalho em segundo plano.

O fato é que a mulher negra pobre tem ainda mais desvantagens nos indicadores de mercado, por sofrer preconceito pela cor, pelo gênero e pelo status social (Davis, 2016). Como já vimos anteriormente, Dandara entrou na cooperativa por não ter encontrado outra oportunidade de trabalho na época. No entanto, tanto Antonieta como Dandara têm buscado outra colocação e não têm conseguido inserção no mercado formal.

Já procurei outros trabalhos, mas até hoje não deu certo... (Antonieta, 2019).

Mando currículos, daí quase nunca chamam para entrevista... aí quando participei e viram minha experiência na cooperativa, sei lá, parece não agradar... (Dandara, 2019).

Antonieta, não relaciona sua não absorção pelo mercado formal à sua cor, seu gênero ou classe social. Ela atribui à falta do ensino médio completo. Por essa razão tem realizado uma prova do governo há dois anos para conseguir sua conclusão. Já Dandara indica que o fato de trabalhar na cooperativa prejudica sua avaliação nas entrevistas de emprego, devido ao preconceito que os catadores ainda sofrem socialmente. Dandara, tem uma postura crítica relacionada ao mercado de trabalho e atribui também à cor da sua pele a falta de oportunidade.

Vejo que não é fácil para pessoas negras conseguir serviço registrado, sabe, tem muito preconceito (Dandara, 2019).

De acordo com Nascimento (1978), a democracia racial foi disseminada para o mundo pensar que no Brasil não havia preconceito racial. Esse mito foi aceito por muitos, inclusive pelos brasileiros, que passaram a naturalizar atitudes racistas para justificar suas ações preconceituosas. Esse fato levou a sociedade a crer na meritocracia, apontando exclusivamente para o indivíduo a culpa das mazelas sociais. Essa postura ficou nítida nas entrevistas realizadas, pois diferente de Dandara, as demais participantes negaram, por meio de sinal negativo com a cabeça, ter sido vítima de preconceito racial, social ou gênero, apesar de terem deixado escapar evidências de já terem vivido essa situação.

Eu já percebi assim, que quando pegam meu holerite, quando vou abri um crediário na loja, e está ali minha profissão, na hora me olham de em cima em baixo, e comparam minha cor com o lixo... é como se eles falassem que eu estou no lugar certo (Dandara, 2019).

Grande parte dos trabalhadores não têm a oportunidade de escolher seu trabalho, por diversos fatores sociais e culturais, como gênero, raça e classe social. As atividades laborais mais reconhecidas no Brasil estão vinculadas à trabalhos que utilizam o saber intelectual, o que nos faz voltar à reflexão do acesso e oportunidade para esse desenvolvimento, que alia conhecimento à educação formal, mas que nem todos têm o privilégio de possuir em igualdade de condições e de qualidade.

Isso é ainda mais perverso quando se analisa a realidade das mulheres negras e pobres. Haja vista, que de acordo com o IBGE (2018), o índice de mulheres negras que têm dedicado suas

horas aos cuidados da casa é muito maior do que o de qualquer outro grupo pesquisado. Ainda, analisando-se as principais atividades desenvolvidas, percebe-se que são poucas as alternativas disponíveis para este grupo específico.

A situação vivenciada por nossas protagonistas se enquadra na realidade de muitas outras mulheres negras e pobres.

Quando eu entrei, eu não queria, sabe, eu já via em casa meio como era e não queria para mim, né..., mas com o dia a dia de serviço acabei pegando amor (Dandara, 2019).

[...] então na época foi por necessidade mesmo, e depois se vai gostando, você vai pegando o amor, né (Antonieta, 2019).

Eu falei que queria trabalhar elas... aí eu vim aqui e conversei com a líder, se quando surgisse uma vaga ela poderia me chamar, aí apareceu ela me chamou (Marielle, 2019).

Mas por se tratar de uma pauta pouco discutida com a população negra e por ser algo que traz dor, notamos na entrevista que se torna mais aceitável negar o preconceito ou seguir com a teoria da meritocracia e da transferência de responsabilidades para os indivíduos, ainda que seja evidente que essas mulheres não escolheram suas atividades laborais, mas foram empurradas a elas, conforme as falas de todas as protagonistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho desenvolvido pelas cooperativas de reciclagem é, sem dúvidas, de extrema relevância. No entanto, emerge o questionamento: até que ponto a inclusão dessas pessoas no mundo do trabalho por meio da cooperativa de reciclagem pode ser considerada um caminho realmente emancipatório? Ou será apenas mais uma forma de empurrar a população negra para atividades desprezadas pelos brancos, sem qualquer possibilidade de ascensão social e de libertação do estigma imposto pela história?

A cooperativa Cooper Região do entreposto da Vila Marízia é constituída de trabalhadores que, em sua maioria, moram no próprio bairro. Percebe-se que a história da cooperativa está diretamente relacionada com a história da comunidade. As entrevistas mostraram que o fato dessas mulheres estarem inseridas em uma comunidade que tem em sua trajetória o envolvimento com a catação, influenciou diretamente em sua inserção na atividade.

O fato de existirem níveis de parentesco entre as cooperadas reforça a sua integração, mas por outro lado, reproduz a história familiar como se não houvesse outra saída possível. A impressão que foi passada é de que, assim como é comum vermos no Brasil a reprodução da história profissional de mães e filhas negras se dedicando aos trabalhos domésticos, na Vila

Marízia é comum vermos mães e filhas negras trabalhando com a reciclagem num ciclo vicioso que não oferece alternativa.

Essa profissão, assim como outras, é vista socialmente como inferior e desprestigiada, o que acaba por atrair apenas quem não teve outra escolha. Nota-se que todas as participantes têm em sua história de vida a aproximação da reciclagem como possibilidade de geração de renda dentro de casa, sendo realizada por elas e por seus pais. A catação se mostrou uma alternativa, ou talvez a única alternativa para comunidades pobres, oportunidade de assegurar a sobrevivência a partir do “lixo”. À realidade dominada por carências extremas, soma-se a questão racial e de gênero, o que cria uma complexidade ainda maior para o fenômeno estudado, mas que é parte indissociável da problemática presente.

O sonho de estudar e poder almejar melhores posições no mercado de trabalho, parece ter passado longe das mulheres entrevistadas na pesquisa. Até mesmo enquanto estudava, uma de nossas protagonistas foi convidada por uma professora para trabalhar como empregada em sua casa, mostrando mais uma vez o processo de segregação social vivido pela mulher negra, que mesmo em contextos favoráveis, é tida como subalterna, não pertencente a esse contexto.

Vivemos em um contexto que indica que pessoas em condição de pobreza devem se contentar com o que lhes é ofertado, caso contrário são vistas como folgadas ou mal-agraçadas. Essa é mais uma disseminação racista que vem para impedir a reflexão e a possibilidade de mudança.

Não podemos dizer que no âmbito profissional foi ofertado às mulheres um direito de escolha, pois a cooperativa foi a última opção, após permanentes negativas do mercado formal de trabalho. As atividades laborais mais reconhecidas no Brasil estão vinculadas a trabalhos que utilizam o saber intelectual, o que nos faz voltar à reflexão do acesso e oportunidade para esse desenvolvimento. Nesse contexto, é necessário romper com as barreiras geracionais e meritocráticas trazidas desde o período da escravização, para que todos, e especialmente as mulheres negras, possam viver o direito de ter igualdade de condições e de oportunidades.

Para Amartya Sen (2000), economista indiano laureado com o Nobel em 1998, não se pode falar em liberdade quando uma boa parte da população é condenada ao desemprego, ou a trabalhar em condições insalubres, com remunerações desumanas, simplesmente por não ter opção de escolha. Quando os atores envolvidos são muito desiguais, a liberdade só reforça os mais fortes, considerando que é inerente ao capitalismo gerar profundas desigualdades. Assim, a tendência é que os mais fortes se tornem cada vez mais fortes e influenciem as regras a seu favor – num verdadeiro ciclo vicioso, mascarado de liberdade.

Para que haja liberdade de fato, é necessário assegurar pluralidade de alternativas, pois só se é livre quando se tem opção de fazer escolhas, do contrário não passa de imposição e opressão dos grupos mais poderosos. Esse contexto nos faz retroceder à época da escravidão e perceber que seus traços continuam presentes em nossa sociedade, ainda que mascarados de autonomia dos sujeitos. É bom lembrar que liberdade sem igualdade de oportunidades, não é liberdade, mas tirania (Luzio-dos-Santos, 2015).

REFERÊNCIAS

- Bento, M. A. S. (1995). Mulher negra no mercado de trabalho. *Revista Estudos Feministas*, 3(2), 479-479.
- Biroli, F. & Miguel, L. F. (2015). Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, 20(2), 27-55.
- Bosi, A. D. P. (2008). A organização capitalista do trabalho “informal”: o caso dos catadores de recicláveis. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23(67), 101-116.
- Cavazotte, F. D. S. C. N., Lemos, A. H. D. C. & Viana, M. D. D. A. (2012). Novas gerações no mercado de trabalho: expectativas renovadas ou antigos ideais?. *Cadernos EBAPE.BR*, 10(1), 162-180.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Estarque, M. (2019). *Cresce proporção de bebês nascidos de adolescentes na periferia de SP*. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/05/cresce-proporcao-de-bebes-nascidos-de-adolescentes-na-periferia-de-sp.shtml>.
- Freyre, G. (2003). *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* (vol. 48). São Paulo: Global Editura e Distribuição LTDA.
- Godoy, A. S. (2006). Estudo de caso qualitativo. In C. K. Godoi, R. Bandeira-de-Mello & A. B. Silva (Orgs.). *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos* (pp. 115-146). São Paulo: Saraiva.
- Gonzalez, L. & Hasenbalg, C. A. (1982). *Lugar de negro* (vol. 3). Rio de Janeiro: Editora Marco Zero.
- Gorbán, D. (2004). Reflexiones alrededor de los procesos de cambio social en Argentina. El caso de los cartoneros. *Revista electrónica de estudios latinoamericanos*, 2(8), 1-13.

- IBGE. (2018). *Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>.
- Ishikawa, E. Y. & Santos, L. W. (2006). Contribuição da História Oral à Pesquisa Organizacional. In C. K. Godoi, R. Bandeira-de-Mello & A. B. Silva (Orgs.). *Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos* (pp. 181-206). São Paulo: Saraiva.
- Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 (1993). *Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências*. Brasília, DF. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm.
- Luzio-dos-Santos, L. M. (2015). *Pautas para outra sociabilidade*. Londrina: Eduel.
- Medeiros, L. F. R. & Macêdo, K. B. (2006). Profissão: catador de material reciclável, entre o viver e o sobreviver. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 3(2), 72-94.
- Nascimento, A. (1978). *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Nassif-Pires, L., Cardoso, L. & Oliveira, A. L. M. (2021). *Gênero e raça em evidência durante a pandemia no Brasil: o impacto do Auxílio Emergencial na pobreza e extrema pobreza*. (Nota de Política Econômica nº 010). MADE/USP.
- Nogueira, C. (2001). *Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero: feminismo e perspectivas críticas na psicologia social* (Tese de Doutorado, Universidade do Minho). https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=30136&pi_pub_r1_id=
- Pochmann, M. (2009). *O mercado de trabalho reproduz a desigualdade*. São Paulo: Casa Amarela. Entrevista.
- Reis, M. C. (2006). Os impactos das mudanças na demanda por trabalho qualificado sobre o desemprego por nível de qualificação durante os anos noventa no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, 60(3), 297-319.
- Sale, J. E., Lohfeld, L. H. & Brazil, K. (2002). Revisiting the quantitative-qualitative debate: Implications for mixed-methods research. *Quality and quantity*, 36(1), 43-53.

Sawaia, B. (2017). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Editora Vozes Limitada.

Sen, A. (2000). *Desenvolvimento Como Liberdade*. São Paulo: Companhia da Letras.

Silva, S. P., Goes, F. L. & Alvarez, A. R. (2013). *Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável: Centro Oeste*. Brasília: IPEA.

Souza, J. (2009). *Ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Souza, J. (2017). *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya.

INFORMAÇÕES ACADÊMICAS E PROFISSIONAIS DA AUTORIA**LUÍS MIGUEL LUZIO-DOS-SANTOS**

Pós-Doutor em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil.
Docente no Departamento de Administração da Universidade Estadual de Londrina, Brasil.
Docente no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina, Brasil.
ORCID iD: 0000-0001-9369-0298 | ID Lattes: 1912315132182092
E-mail: lmig@uol.com.br (autor correspondente)

AMANDA KEREN FROIS-CARDOSO

Mestranda em Administração, Universidade Estadual de Londrina, Brasil.
ORCID iD: 0000-0002-6889-7366 | ID Lattes: 1133899236190104
E-mail: amandafrois@gmail.com

ISABELI RAMOS NEVES

Mestre em Administração, Universidade Estadual de Londrina, Brasil.
Docente no Departamento de Educação Profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Brasil.
ORCID iD: 0000-0002-5257-1310 | ID Lattes: 3678077084989701
E-mail: isa_beli20@hotmail.com

NICOLE CERCI MOSTAGI

Mestre em Administração, Universidade Estadual de Londrina, Brasil.
Docente na COGNA, Brasil.
ORCID iD: 0000-0002-7117-6156 | ID Lattes: 5466142386061828
E-mail: nicole.mostagi@cogna.com.br

CONTRIBUIÇÃO E ATUAÇÃO EM ATIVIDADES DE AUTORIA**LUÍS MIGUEL LUZIO-DOS-SANTOS**

Coordenou atividades envolvidas com Definições / Conceitos / Teorias e Redação do Texto, Pesquisa / Seleção / Organização / Administração dos Dados, Exame Pormenorizado / Avaliação Crítica / Validação dos Dados, Descrição e Delimitação dos Procedimentos Metodológicos, Responsabilização na Pesquisa Documentada no Artigo Submetido e Redação do Texto.

AMANDA KEREN FROIS-CARDOSO

Contribuiu e atuou igualmente, em relação à equipe de autoria, nas atividades envolvidas com Definições / Conceitos / Teorias e Descrição e Delimitação dos Procedimentos Metodológicos.
Ofereceu apoio e assistência nas atividades envolvidas com Pesquisa / Seleção / Organização / Administração dos Dados, Exame Pormenorizado / Avaliação Crítica / Validação dos Dados, Responsabilização na Pesquisa Documentada no Artigo Submetido e Redação do Texto.

ISABELI RAMOS NEVES

Coordenou atividades envolvidas com Definições / Conceitos / Teorias, Pesquisa / Seleção / Organização / Administração dos Dados, Exame Pormenorizado / Avaliação Crítica / Validação dos Dados, Descrição e Delimitação dos Procedimentos Metodológicos.
Ofereceu apoio e assistência nas atividades envolvidas com Responsabilização na Pesquisa Documentada no Artigo Submetido, Escolha e Manuseio de Software e Redação do Texto.

NICOLE CERCI MOSTAGI

Contribuiu e atuou igualmente, em relação à equipe de autoria, nas atividades envolvidas com Pesquisa / Seleção / Organização / Administração dos Dados, Exame Pormenorizado / Avaliação Crítica / Validação dos Dados, Responsabilização na Pesquisa Documentada no Artigo Submetido e Redação do Texto.
Ofereceu apoio e assistência nas atividades envolvidas com Definições / Conceitos / Teorias, Descrição e Delimitação dos Procedimentos Metodológicos e Escolha e Manuseio de Software.

DECLARAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES DA AUTORIA**LUÍS MIGUEL LUZIO-DOS-SANTOS**

Declarou não possuir conflitos de interesse verdadeiro (factual), possível (potencial), de ordem financeira, de ordem pessoal, de ordem acadêmica, relacionado à afiliação institucional, de ordem política e de ordem religiosa. Além dos questionados, declarou não possuir outros conflitos de interesses.

AMANDA KEREN FROIS-CARDOSO

Declarou não possuir conflitos de interesse verdadeiro (factual), possível (potencial), de ordem financeira, de ordem pessoal, de ordem acadêmica, relacionado à afiliação institucional, de ordem política e de ordem religiosa. Além dos questionados, declarou não possuir outros conflitos de interesses.

ISABELI RAMOS NEVES

Declarou não possuir conflitos de interesse verdadeiro (factual), possível (potencial), de ordem financeira, de ordem pessoal, de ordem acadêmica, relacionado à afiliação institucional, de ordem política e de ordem religiosa. Além dos questionados, declarou não possuir outros conflitos de interesses.



NICOLE CERCI MOSTAGI

Declarou não possuir conflitos de interesse verdadeiro (factual), possível (potencial), de ordem financeira, de ordem pessoal, de ordem acadêmica, relacionado à afiliação institucional, de ordem política e de ordem religiosa. Além dos questionados, declarou não possuir outros conflitos de interesses.